

Mestrado Profissional em Ensino: uma inovação promissora?

Professional Master's Degree in Teaching: a promising innovation?

Ronan Daré Tocafundo

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Fae/UFMG). Professor de Física no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG).
ronan.dare@ifmg.edu.br

Silvania Sousa do Nascimento

Dra em Didática das Ciências e tecnologias pela Universidade de Paris 6
Professora titular do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino e do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG
silnascimento@fae.ufmg.br

Antonio Moreno Verdejo

Coordinador del Máster de Formación del Profesorado de Secundaria, Bachillerato, Formación Profesional y Enseñanza de idiomas
Profesor del Departamento de Didáctica de la Matemática
Facultad de Ciencias de la Educación
Universidad de Granada, España
amverdejo@ugr.es

Resumo

Apresentaremos resultados parciais de uma pesquisa de Doutorado em andamento cujo tema geral é a Formação Docente no Mestrado Profissional em Ensino (MPE). A pesquisa faz parte de um projeto do Observatório da Educação (Obeduc), intitulado *Impacto dos Mestrados Profissionais em Ensino de Ciências na qualidade da Educação Científica*. Inicialmente pretendíamos responder a duas questões de pesquisa: a) O que há de novo no MPE? b) Quais as diferenças em relação ao Mestrado Acadêmico em Ensino (MAE)? Para tal, realizamos procedimentos metodológicos de análise de conteúdo de Bardin (2011) na base legal dos Mestrados Profissionais (MP) e em artigos, dissertações e teses sobre MP e MPE. Como resultado, constatamos que, diferentemente de todas as outras áreas da Capes, na área de ensino, a oferta de MPE supera a oferta de MAE. Concluímos com a construção de uma hipótese, hora investigada, de que o MPE é uma inovação promissora.

Palavras-chave: Formação docente. Mestrado Profissional. Mestrado Profissional em Ensino. Saber docente.

Abstract

This work presents partial results of a PhD research in progress which general subject is the teacher training in the Professional Master's Degree in Teaching (MPE). The research is part of a project from the Observatory of Education (Obeduc) entitled Impact of the Master Professionals in Science Teaching in the quality of Science Education. Initially it was intended to answer two research questions: a) What's new in MPE? and b) What are the differences from the Academic Master's Degree in Teaching (MAE)? For such, we carry out Methodological Procedures of the Content Analysis Bardin (2011) in the legal base of the Professional Master's Degrees (MP); and in articles, dissertations and theses about MP and about MPE. As result, it is noted that, differently of all the other areas of the Capes, in

the teaching area, the offer of MPE surpasses the MAE offer. It can be concluded with the construction of the hypothesis, hour investigated, that MPE is a promising innovation.

Key words: Teacher training. Professional Master's Degree. Professional Master's Degree in Teaching. Teaching knowledge.

O Mestrado Profissional

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de formação *stricto sensu*, que tem como objetivo suprir as demandas sociais, políticas e econômicas, associadas à qualificação de trabalhadores em serviço e, assim, “[. . .] contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar maior nível de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas [. . .]”. (BRASIL, 2009a).

Sua origem remonta à década de 1990, quando o ensino superior brasileiro passou por diversas mudanças e reformulações legais com o intuito de se flexibilizar a pós-graduação brasileira.

A proposta de flexibilização foi norteadada pela imprescindibilidade de uma formação universitária que atendesse às necessidades econômico-sociais, considerando-se as rápidas transformações ocorridas nos setores produtivos que demandavam profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais. Essa proposta, após ser aprovada pelo Conselho Superior da Capes, resultou na resolução n.º 1/95, publicada na Portaria n.º 47, de 17 de outubro de 1995. (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005; CEVALLOS, 2011).

Os documentos enfatizavam a importância de se implementar programas dirigidos à formação profissional e propunham a implantação, pela Capes, de procedimentos adequados à avaliação e ao acompanhamento de uma nova modalidade de mestrado – o Mestrado Profissional –, sem prejuízo da qualidade da formação acadêmica. No entanto, transcorridos dois anos da publicação da Portaria n.º 47/95, o número de propostas de MP era pequeno.

Havia dificuldades no ajuste a uma realidade que permitisse a convivência de dois formatos distintos, e eventualmente complementares, de Pós-Graduação – o Mestrado Acadêmico (MA) e o Mestrado Profissional (MP). (CEVALLOS, 2011).

Atualmente há MP em diversas áreas de conhecimentos da Capes. Na área de Ensino há o Mestrado Profissional em Ensino (MPE). Uma modalidade de MP voltada essencialmente à formação docente.

Inicialmente, procurávamos responder a duas questões:

- a) O que há de novo no MPE?
- b) Quais as diferenças em relação ao MA?

Iniciamos os trabalhos com revisão da literatura sobre MA e MP, como veremos na metodologia.

Metodologia

A revisão da literatura sobre MA e MP foi realizada com a análise de conteúdo Bardin (2011) de artigos encontrados na base de dados Scielo entre os anos 2003 e 2014; de dissertações de mestrado e teses de doutorado, produzidas, desde 2011, por programas de pós-graduação com conceito Capes 5 ou superior; de trabalhos publicados por pesquisadores do Projeto Observatório da Educação (Obeduc)¹; de artigos publicados na Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG); e da base legal do Mestrado Profissional, encontrada nos sites da Capes e do MEC.

Como principais resultados da análise de conteúdo: a) construímos breve cronologia visando contextualizar o MP e apresentar as principais diferenças entre estes e o MA; b) Contextualizamos os Mestrados Profissionais em Ensino (MPE); c) apresentamos sugestões para avaliar o MPE e, por fim, d) construímos a hipótese de pesquisa que o MPE é uma Inovação Promissora. Hipótese que está em fase de investigação. Tais resultados serão apresentados a seguir.

Mestrado Profissional: uma breve cronologia

No ano de 1995, a Capes, no documento “Capes: Metas da Atual Gestão”, sinalizava sobre a necessidade de revisão do modelo de pós-graduação até então prevalente. Uma comissão constituída pela Capes elaborou o documento “Mestrado no Brasil – A Situação e uma Nova Perspectiva” que deu origem a uma proposta

de remodelação dos mestrados intitulada “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado” (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005).

A Capes, na intenção de aprimorar a proposta de MP, revogou, em 1998, a Portaria n.º 47/95 pela n.º 80/98. A nova Portaria especificava melhor os requisitos e as condições de enquadramento das propostas de MP e contemplava avanços no entendimento da questão em relação à Portaria precedente. (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005).

De acordo com a orientação da Capes, as propostas de MP deveriam articular atividades de ensino com aplicações em pesquisas de boa qualidade, realização de projetos em parceria com o setor produtivo, bem como ofertar atividades de extensão. Esses eram requisitos essenciais ao credenciamento institucional para essa modalidade de mestrado. (PIRES; IGLIORI, 2013).

Segundo Moreira (2004), Schäfer (2013), Cevallos (2011), Barros, Valentim e Melo (2005) e Ostermann e Rezende (2009), nos anos seguintes a 1998, o MP, então denominado Mestrado Profissionalizante, foi objeto de debate em várias reuniões envolvendo representantes da Academia, como o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e os coordenadores de cursos de MP; e setores da Capes, como o Conselho Superior e o Conselho Técnico Científico (CTC). Os principais resultados foram:

- a) 1999 – Aprovação do documento *Pressupostos para avaliação de projetos de mestrado profissionalizante*, no qual são apresentados os parâmetros gerais para avaliação do MP.
- b) 2001 – Publicação do documento técnico *A necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento*, no qual são apresentadas, dentre outras, as “orientações” e o “posicionamento” de algumas áreas sobre o MP, enfocando seus pontos favoráveis e contraditórios.
- c) 2002 – Criação da comissão que seria responsável pela elaboração dos objetivos e dos instrumentos de avaliação dos MP. Resultando no documento *Parâmetros para avaliação do mestrado profissional*. A Capes não receberia novas propostas de MP até que os critérios de avaliação estivessem claramente definidos.

- d) 2003 – Organização do *Seminário sobre o Mestrado Profissional*, no qual foram discutidos aspectos como pertinência, natureza, funcionamento, avaliação e nomenclatura do MP.
- e) 2004 – O CTC da Capes definiu que os MP teriam nota máxima 5, enquanto os MA continuariam com nota máxima 7.
- f) 2005 – Realização pela Capes do seminário *Para Além da Academia – A Pós-Graduação contribuindo para a sociedade*, com o objetivo de discutir, dentre outros assuntos: sobre o MP e suas principais diferenças em relação ao MA; sobre a formação e qualificação científica da sociedade; sobre o acesso ao conhecimento científico de alto nível pela sociedade civil. Esse seminário marcou os dez anos de início dos debates sobre a “Flexibilização da Pós-Graduação” e serviu para reafirmar o posicionamento favorável da Capes em relação ao MP, visto, pela instituição, como importante modalidade de formação que contribui para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.
- g) 2007 – Regulamentação pela Capes de normas e procedimentos para a realização da avaliação trienal (2004-2006) dos Programas e Cursos de MP. Ficou definido que os MP seriam avaliados separadamente dos MA, com notas variando de 1 a 5.
- h) 2008 – Aprovação pelo CTC do documento *Ficha de Avaliação de Programa de Mestrado Profissional*, visando à avaliação trienal (2008-2010). Fruto do trabalho de uma Comissão que vinha estudando e discutindo sobre o MP, essa Ficha, depois de aprovada pelo CTC, passou a ser adotada pela Capes, e vigora até os dias atuais (2014) como instrumento de avaliação dos MP.
- i) 2009 – Publicação da Portaria n.º 7, de 22/06/2009, que cria normas específicas para credenciamento e avaliação de MP. Essas normas estabelecem as distinções entre MA e MP. Um fato importante assegurado nessa Portaria é em relação à qualificação do corpo docente. Nessa normativa, o corpo docente poderá ser composto por doutores ou por profissionais técnicos que tenham experiência em pesquisa aplicada, como desenvolvimento de produtos, de tecnologia ou em inovação. Assim, o quadro docente pode ter em sua composição um percentual de professores que não possuem título de doutor, mas que tenham reconhecida *expertise* na área.

- j) 2009 – Revogação da Portaria n.º 07/2009 pela Portaria n.º 17, de 28/12/2009. Nessa nova Portaria destaca-se a retirada dos textos, que exigia do MP “[. . .] ser compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano e máximo de dois anos [. . .]” (artigo 7º inciso 2), “[. . .] e outorga ao seu detentor os mesmos direitos concedidos aos portadores da titulação nos cursos de mestrado acadêmico [. . .]” (artigo 2º).

Segundo a Capes (2009b),

[. . .] a regulamentação que estabelece os preceitos para um doutorado e um mestrado está prevista no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Como os mestrados, seja na modalidade acadêmica seja na profissional, atendem aos mesmos preceitos, os títulos de ambos são iguais e, conseqüentemente, os direitos também.

- k) 2013 – Avaliação Trienal sobre o desempenho dos programas de pós-graduação no triênio 2010-2012. Segundo a Capes (2009c), essa Avaliação teve por objetivos: contribuir para a manutenção da qualidade; retratar a situação da pós-graduação brasileira no triênio; contribuir para o desenvolvimento dos programas e fornecer subsídios para a definição de planos e de políticas de desenvolvimento da pós-graduação.

Assim, após contextualizar o MP e apresentar as principais diferenças em relação ao MA, discutiremos, a seguir, o Mestrado Profissional em Ensino e apresentaremos sugestões para a sua avaliação.

O Mestrado Profissional em Ensino (MPE)

O MPE é um novo mestrado que visa à capacitação de professores em exercício para a melhoria do Ensino no Brasil (MOREIRA; NARDI, 2009). No entanto, há poucas produções acadêmicas, pesquisas e reflexões aprofundadas sobre as contribuições do MPE para o ensino. De acordo com Ostermann e Rezende (2009, p. 4), “Essa discussão precisa decolar, já que as agências de

fomento e a comunidade de pesquisadores discutem critérios que irão balizar a qualidade da produção bibliográfica e técnica desses programas”.

Apesar do pouco conhecimento produzido sobre as contribuições do MPE para a qualidade de ensino no país, Moreira e Nardi (2009) argumentam que se trata de uma pós-graduação com grande potencial para melhorar o ensino. Não se trata de “[...] uma adaptação ou variante de propostas já existentes [...]”. Não é um mestrado mais simples”. (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 2) Trata-se de uma nova e diferente proposta de mestrado. Porém, não significa que seja mais fácil, ou menos importante.

Mas, o que há de novo no MPE? Quais as principais diferenças em relação aos Mestrados Acadêmicos em Ensino (MAE)?

O primeiro aspecto de diferenciação está na possibilidade do quadro docente ser composto por profissionais não doutores, desde que tenham reconhecida *expertise* na área de conhecimento objeto do mestrado.

O segundo aspecto é quanto aos critérios de avaliação: nota máxima de 5 no MPE e de 7 no MAE. A avaliação do MPE será realizada por uma comissão especial da Capes mantendo-se o mesmo nível de exigência adotado na avaliação do MAE. (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005; MOREIRA; NARDI, 2009).

O terceiro aspecto, e talvez a mais importante diferenciação entre o MPE e o MAE, é o Trabalho de Final de Curso. No MPE, esse trabalho, conhecido como “projetos de desenvolvimento em ensino”, apresenta maior diversidade que trabalhos de MAE. No MPE é gerada uma aplicação prática (produto) em atividades de ensino. Esse produto pode ser, por exemplo, um software, uma simulação, uma metodologia de ensino de determinado conteúdo, etc. Ou seja, resumidamente, o produto é uma produção técnica, indispensável para a conclusão do curso, que visa à melhoria do ensino. (MOREIRA; NARDI, 2009; CEVALLOS, 2011; BARROS; VALENTIM; MELO, 2005; OSTERMANN; REZENDE, 2009, p. 5).

Espera-se que esse produto seja desenvolvido com aportes em referenciais teóricos atualizados sobre ensino-aprendizagem e em epistemologias contemporâneas. Nesse sentido, as pesquisas do MAE podem trazer grandes contribuições para o MPE. (OSTERMANN; REZENDE, 2009; CEVALLOS, 2011).

Moreira e Nardi (2009) esclarecem que o foco do MPE está na aplicação do conhecimento e não na sua produção. Está no desenvolvimento de pesquisa apli-

cada e não de pesquisa básica. Mas ambas as modalidades objetivam a formação profissional por meio da pesquisa. Para Moreira e Nardi (2009, p. 5),

O mestrando deve aprender sobre pesquisa, deve ser familiarizado com artigos e periódicos de pesquisa, mas não precisa ter cursos de metodologia da pesquisa educacional e seu trabalho de conclusão não deve ser pensado como uma pesquisa, mas sim como o relato de um projeto de desenvolvimento. Mas isso não significa que seja mais fácil, [...] pois além de apropriar-se de resultados de pesquisa, o mestrando deve testá-los em situações reais de sala de aula e refletir sobre os resultados dessa experiência, em conjunto com seu orientador e com seus pares.

É desejável que o produto seja disseminado, aprimorado e utilizado por outros professores (MOREIRA; NARDI, 2009; CEVALLOS, 2011; OSTERMANN; REZENDE, 2009).

Moreira e Nardi (2009) alertam que alguns MPE apresentam problemas, por exemplo: a) de organização curricular, pois muitos se confundem com variantes de mestrados acadêmicos; b) de definição do que venha a ser o produto; c) de critérios de avaliação.

Nesse sentido, a avaliação do MPE passa a ter um importante papel na configuração da sua identidade e ao mesmo tempo distingui-lo do MAE.

Critérios para avaliar um MPE

A Capes, em 2006, estabeleceu, como um critério de avaliação, que os produtos deveriam apresentar qualidade e potencial de transferência e aplicabilidade no sistema educativo. Que os trabalhos de final de curso deveriam ter qualidade que lhes permitissem ser publicados em veículos científicos, educativos, de divulgação, etc. (OSTERMANN; REZENDE, 2009).

Na avaliação do MPE deve haver maior cobrança sobre a produção técnica, na qual, os produtos educacionais, frutos dos Trabalhos de Conclusão de Curso, possam ser usados por professores com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

[...] espera-se que os trabalhos de conclusão gerem produções técnicas. No quesito produção encontra-se outra distinção importante entre os mestrados acadêmico e profissional. No primeiro, a produção deve ser eminentemente acadêmica (artigos de pesquisa, basicamente) enquanto que no segundo, a ênfase deve estar na produção técnica (recursos didáticos, essencialmente). (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 6).

A produção técnica é um quesito a ser considerado na avaliação do MPE “[...] não só para melhorar o nível dos programas, mas também porque boa parte da carreira acadêmica dos professores orientadores depende dessa produção” (OSTERMANN; REZENDE, 2009, p. 4). Por outro lado, Ostermann e Rezende (2009) advogam que a obrigatoriedade de se desenvolver um produto educacional traz em seu âmago uma visão tecnicista do ensino.

Segundo as autoras, uma possibilidade de superar esse reducionismo seria o desenvolvimento de produtos que contemplassem, não só técnicas para a melhoria do ensino, mas, também, que tal desenvolvimento fosse permeado por reflexões sobre, por exemplo, problemas educacionais vivenciados pelos professores; ou que fossem propostas atividades curriculares alternativas, como projetos interdisciplinares que possibilitassem a reflexão sobre questões ambientais, sócio-científicas e de gênero, dentre outras.

Outra possibilidade para avaliar a qualidade de um MPE é conhecer a trajetória do egresso após a conclusão do curso e verificar melhorias na sua carreira profissional. De acordo com Ostermann e Rezende (2009, p. 4), “O destino do egresso e uma apreciação do valor a ele agregado, após um tempo razoável de sua conclusão do curso, seria o melhor parâmetro para avaliar a qualidade de um MP”.

Um MPE que possibilite ao egresso galgar melhores condições profissionais, acrescentando-lhe capacidades de “[...] interferir positivamente no ambiente profissional será um sucesso” (OSTERMANN; REZENDE, 2009, p. 4).

Outro ponto importante que pode conferir qualidade a um MPE é a sua estrutura curricular. Esta também necessita ser distinta dos mestrados acadêmicos contemplando disciplinas de conteúdos específicos, de acompanhamento profissional, de natureza pedagógica e epistemológica “[...] que enfoquem a aprendizagem, a natureza do conhecimento, as novas

abordagens de ensino, subsidiando estratégias e recursos instrucionais inovadores a serem implementados em sala de aula [...]” (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 5).

O projeto pedagógico do curso pode minimizar a questão da visão tecnicista do ensino, abordada anteriormente, se este oferecer disciplinas que promovam a reflexão dos professores sobre seus métodos e objetivos de ensino, de forma “[...] a mudar suas representações sobre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento” (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 5).

Investigar critérios para avaliar o MPE se justifica também pelo seu crescimento em relação a outros MP, como podemos observar na relação de cursos recomendados e reconhecidos pela Capes, que apresentaremos a seguir.

MPE no cenário da pós-graduação brasileira

Considerando-se o total de cursos de mestrado no país (3.733)², a quantidade de cursos de MP é pequena se comparada à quantidade de cursos de MA, 15,37% e 84,63% respectivamente. No entanto, observa-se o crescimento da demanda de novos cursos de MPE (OSTERMANN; REZENDE, 2009), que paulatinamente vêm conquistando espaço no cenário da pós-graduação brasileira.

Um extrato de cursos de MA e MP, nas mais diversas áreas, é apresentado no Quadro-1.

A relação completa dessas áreas pode ser obtida em <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao>>.

A análise das áreas de avaliação da Capes, sintetizada no Quadro 1, permitiu constatar que, diferentemente da tendência geral, na área de ensino, a oferta de cursos em MPE supera a oferta em Mestrados Acadêmicos em Ensino (MAE).

Dos 114 cursos de mestrado na área de ensino, 66 são oferecidos na modalidade MPE e 48 na modalidade MAE; o que corresponde a 58% e 42%, respectivamente. Neste cenário, observamos um contraste entre o MPE e os demais MP. Esse contraste nos levou à hipótese de que o MPE poderá ser uma inovação promissora, conforme discutiremos a seguir.

Áreas de Avaliação	Programas e cursos de pós-graduação					Totais de cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Astronomia / Física	60	18	1	2	39	99	57	40	2
Ciência da Computação	73	36	2	10	25	98	61	27	10
Ciência Política e Relações Internacionais	37	14	0	6	17	54	31	17	6
Ciências Biológicas	61	12	1	2	46	107	58	47	2
Ciências Sociais Aplicadas	64	26	0	6	32	96	58	32	6
Direito	88	57	0	1	30	118	87	30	1
Economia	59	19	0	15	25	84	44	25	15
Educação	159	60	0	33	66	225	126	66	33
Educação Física	53	19	0	2	32	85	51	32	2
Engenharias	107	48	0	19	40	147	88	40	19
Ensino	113	23	3	63	24	137	48	27	66
Interdisciplinar	291	122	9	80	80	371	202	89	80
Letras / Linguística	142	53	1	6	82	224	135	83	6
Matemática / Probabilidade e Estatística	58	20	3	6	29	87	49	32	6
Medicina	91	7	3	14	67	158	74	70	14
Psicologia	77	25	0	2	50	127	75	50	2
Química	65	21	2	2	40	105	61	42	2
Antropologia / Arqueologia	27	9	0	0	18	45	27	18	0
Filosofia/Teologia: subcomissão Filosofia	41	20	1	0	20	61	40	21	0
Serviço Social	33	17	0	0	16	49	33	16	0

Quadro 1. Extrato da relação de cursos recomendados e reconhecidos – Capes

Legenda: M – Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F – Mestrado Profissional; M/D – Mestrado.

Fonte: Capes – SNPG², (Dados atualizados em 05/10/2014).

Afinal, o MPE é uma inovação promissora?

Observamos no Quadro 1 a baixa oferta de cursos de MP em quase todas as áreas de conhecimento da Capes. Em áreas como “Serviço Social”, “Filosofia/Teologia: Subcomissão Filosofia” e “Antropologia/Arqueologia” sequer são ofertados cursos de MP.

Somente na área de Ensino a oferta de cursos de MP supera a de MA. Esse fato não é observado em qualquer outra área de conhecimento da Capes.

Diante desta observação, por que a oferta de cursos de MPE é diferente de todas as outras áreas de conhecimento?

Nascimento, Cardoso, Batista e Caetano (2014) explicam que o MPE tem um caráter de preparação profissional em licenciatura e vem atender à demanda de dois tipos de profissionais: os graduados em licenciatura e os profissionais de outras áreas do conhecimento que exercem a prática docente.

Um mestrado voltado para a prática docente torna-se mais atrativo a esses profissionais aumentando a sua procura. Consequentemente, possibilita e até se justifica um aumento na oferta.

Diante desse quadro, o MPE é uma inovação promissora?

A pergunta está em aberto. A investigação de doutorado que ora está sendo desenvolvida pretende buscar respostas a essa pergunta. Para tal, estão sendo realizados dois estudos de caso: o primeiro em uma universidade privada brasileira e o segundo em uma universidade pública espanhola. O perfil dos alunos que cursam MPE na Espanha é de futuros professores com pouca ou sem experiência docente. Enquanto que o perfil dos alunos que cursam o MPE no Brasil é essencialmente de professores em exercício, com experiência em docência. Nos dois casos, investigaremos se o MPE contribui para desenvolver nos alunos aquilo que Tardif (2014) define como “saber docente”.

Para Tardif (2014), o “saber docente” não se reduz à mera transmissão de conteúdos ou conhecimentos. Ele integra diferentes “saberes” com os quais os professores realizam sua prática.

Tardif (2014, p. 22) compreende o “saber docente” como um saber plural “[...] formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais [...]”. Desenvolver o saber docente é também contribuir para formar um professor reflexivo e crítico.

Considerações finais

Esses estudos de casos, sobre formação docente no Brasil e na Espanha, embora não estejam concluídos, nos permite inferir, preliminarmente, que para

os brasileiros, por serem professores com experiência docente, o MPE aparenta ser um caminho mais fácil de ser trilhado, pois permite uma formação continuada cuja prática está próxima do “saber de experiência feito”. Por outro lado, o fato de o professor em exercício aparentemente trilhar um caminho mais fácil, pela aproximação com seu trabalho cotidiano, não significa que o MPE tenha menor qualidade que o MA. Cada uma dessas modalidades tem objetivos distintos e sua qualidade deve ser medida também de forma distinta.

Um MPE que possibilita ao professor em exercício transmutar o “saber de experiência feito” em um “saber docente” traz contribuições para a sua qualidade profissional. Com efeito, considerando não somente a maior oferta de MPE, mas também essa transmutação, formulamos a hipótese que o MPE é uma inovação promissora e finalizamos com duas questões para abrir portas a futuras pesquisas:

Como o MPE contribui para desenvolver o “saber docente”?

Como avaliar as contribuições do MPE para o desenvolvimento do “saber docente”?

Notas

- 1 Fonte: Capes – SNPG. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao>>. Acesso em: 5 out. 2014.
- 2 Agradecimento ao financiamento CAPES - Observatório da Educação: OE 2012, projeto número 17683/49-2012 - Impacto dos mestrados profissionais em ensino de ciências na qualidade da educação científica

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Elionora Cavalcanti; VALENTIM, Márcia Cristina; MELO, Maria Amélia. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. *RBPG*, v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/viewFile/84/80>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Capes. *Mestrado Profissional: o que é?* 2009a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 6 jun. 2014

- _____. Ministério da Educação. Capes. *Publicada nova portaria que dispõe sobre o mestrado profissional*. 2009b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/3468-publicada-nova-portaria-que-dispoe-sobre-o-mestrado-profissional>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Capes. *Resultados Trienal 2013 após recursos*. 2009c. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- CEVALLOS, Ivete. *O Mestrado Profissional em Ensino de Matemática e o desenvolvimento profissional de professores: um desafio institucional*. Orientadora: Laurizete Ferragut. 2011. 247f. Tese (Doutorado Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MOREIRA, Marco Antônio. O mestrado (profissional) em ensino. *RBPG*, n. 1, p. 131-142, jul. 2004. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/26>> Acesso em: 8 mar. 2014.
- _____; NARDI, Roberto. O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2009.
- NASCIMENTO, Sylvania Sousa do; CARDOSO, Larissa Alves; BATISTA, Mara Regina; CAETANO, Polyanna Lobo. *Os Mestrados Profissionais em Física no Contexto dos demais Mestrados Profissionais Brasileiros*. Trabalho apresentado no XV EPEF, Maresias, 2014.
- OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flávia. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: uma reflexão sobre os mestrados profissionais. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 66-80, abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2009v26n1p66/10020>>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- PIRES, Célia Maria Carolino; IGLIORI, Sonia Barbosa Camargo. Mestrado profissional e o desenvolvimento profissional do professor de matemática. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 19, n. 4, p. 1045-1068, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132013000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jun. 2014.
- SCHÄFER, Eliane Dias Alvarez. *Impacto do Mestrado Profissional em ensino de física da UFRGS na prática docente: um estudo de caso*. Orientadora: Fernanda Ostermann. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Ensino de Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

recebido em 16 mar. 2015 / aprovado em 14 abr. 2015

Para referenciar este texto:

TOCAFUNDO, R. D.; NASCIMENTO, S. S.; VERDEJO, A. M. Mestrado Profissional em Ensino: uma inovação promissora? *Dialogia*, São Paulo, n. 21, p. 41-54, jan./jun. 2015.